

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	58
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	370.676
Preferenciais	80.036
Total	450.712
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	02/09/2011	Ordinária		49,06000
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	02/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	49,06000
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	02/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	49,06000
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2011	Dividendo	29/12/2011	Ordinária		13,26000
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2011	Dividendo	29/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	13,26000
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2011	Dividendo	29/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	13,26000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	454.991	410.846	403.593
1.01	Ativo Circulante	185.455	178.093	168.755
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.082	29.850	66.865
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.439	23.417	14.827
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.439	23.417	10.362
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	48.760	22.988	10.362
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	679	429	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	4.465
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	0	4.465
1.01.03	Contas a Receber	77.079	96.963	60.844
1.01.03.01	Clientes	77.079	96.963	60.844
1.01.04	Estoques	1.540	1.193	978
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.379	13.689	11.003
1.01.07	Despesas Antecipadas	364	431	221
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.572	12.550	14.017
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	17.572	12.550	14.017
1.01.08.01.01	Títulos de créditos a receber	1.957	3.057	4.317
1.01.08.01.02	Outros créditos	15.615	9.493	9.700
1.02	Ativo Não Circulante	269.536	232.753	234.838
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	215.395	175.694	167.418
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	521	503	468
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	521	503	468
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.409	4.409	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.409	4.409	0
1.02.01.03	Contas a Receber	8.207	8.207	8.207
1.02.01.03.01	Clientes	8.207	8.207	8.207
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	202.258	162.575	158.743
1.02.01.09.03	Títulos e créditos a receber	2.893	3.787	4.697
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	12.171	8.331	9.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.05	Créditos tributários	43.814	51.008	60.799
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.127	1.016	1.325
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	136.442	94.006	77.108
1.02.01.09.08	Outros	5.811	4.427	5.600
1.02.02	Investimentos	2.049	2.057	1.434
1.02.02.01	Participações Societárias	2.049	2.057	1.434
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.049	2.057	1.434
1.02.04	Intangível	52.092	55.002	65.986
1.02.04.01	Intangíveis	52.092	55.002	65.986

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	454.991	410.846	403.593
2.01	Passivo Circulante	129.649	138.115	215.784
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.508	28.960	24.307
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29.508	28.960	24.307
2.01.02	Fornecedores	32.262	33.842	30.448
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.712	40.639	141.253
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.393	40.326	81.386
2.01.04.02	Debêntures	319	313	59.867
2.01.05	Outras Obrigações	31.167	34.674	19.776
2.01.05.02	Outros	31.167	34.674	19.776
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	9.368	130
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.588	2.201	1.373
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	1.315	1.195	1.994
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	3.659	3.504	1.906
2.01.05.02.07	Benefícios a empregados -plano de pensão	218	276	0
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	1.798	1.745	1.621
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	21.589	16.385	12.752
2.02	Passivo Não Circulante	257.021	192.443	113.207
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	238.940	173.841	98.882
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	179.249	114.181	98.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	179.249	114.181	98.882
2.02.01.02	Debêntures	59.691	59.660	0
2.02.02	Outras Obrigações	18.081	18.602	14.325
2.02.02.02	Outros	18.081	18.602	14.325
2.02.02.02.03	Fornecedores	667	578	640
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	3.552	1.798	1.229
2.02.02.02.05	Parcelamento de impostos	3.069	3.983	2.991
2.02.02.02.06	Provisões para contingências	5.651	10.627	8.722
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	1.184	850	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	3.958	766	743
2.03	Patrimônio Líquido	68.321	80.288	74.602
2.03.01	Capital Social Realizado	44.171	44.171	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	16.229	28.196	24.139
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.525	8.833	9.875
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	5.704	19.363	14.264
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-1.629

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	424.681	395.875	364.996
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-296.558	-272.992	-261.133
3.03	Resultado Bruto	128.123	122.883	103.863
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.679	-35.820	-44.355
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.637	3.881	-14.735
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.767	-39.161	-30.172
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.292	1.003	1.362
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.567	-1.543	-810
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.444	87.063	59.508
3.06	Resultado Financeiro	-18.597	-6.372	-5.124
3.06.01	Receitas Financeiras	13.222	23.356	16.646
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.819	-29.728	-21.770
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.847	80.691	54.384
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.363	-27.374	-18.369
3.08.01	Corrente	-19.422	-33.047	-23.088
3.08.02	Diferido	1.059	5.673	4.719
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.484	53.317	36.015
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.484	53.317	36.015
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	78,73000	0,12000	0,08000
3.99.01.02	PNA	78,73000	0,12000	0,08000
3.99.01.03	PNB	78,73000	0,12000	0,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	78,73000	0,12000	0,08000
3.99.02.02	PNA	78,73000	0,12000	0,08000
3.99.02.03	PNB	78,73000	0,12000	0,08000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	71.915	61.275	70.572
6.01.01	Lucro líquido do exercício	35.484	53.317	36.015
6.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	29.776	24.934	19.546
6.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	549	-16.096	4.503
6.01.05	Depreciação e amortização	15.405	16.491	14.290
6.01.06	Valor residual de ativos permanentes baixados	372	1.436	1.933
6.01.07	Imposto de renda e contribuição social	18.363	27.374	11.065
6.01.08	Créditos tributários	7.194	10.630	3.880
6.01.10	Reversão de Provisão para contingências	-5.438	1.015	1.925
6.01.11	Marcação a mercado de derivativo	1.431	0	-2.225
6.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	-3.242	0	153
6.01.13	Variações nas contas do ativo circulante e não circulante	-17.082	-44.864	-32.631
6.01.14	Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	-10.897	-12.962	12.118
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.107	-10.790	-26.200
6.02.01	Aplicações no investimento	0	0	-774
6.02.02	Aplicações de ativo imobilizado	0	0	-40.586
6.02.03	Aplicações no intangível	-64.288	-33.156	-1.589
6.02.04	Contribuições do consumidor, União e Estado	8.486	9.553	16.749
6.02.05	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investos	0	-623	0
6.02.06	Resgate de Aplicações financeiras	7.695	13.436	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.576	-87.500	6.375
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	92.951	9.432	91.183
6.03.02	Pagamento de empréstimo -principal e juros	-60.708	-58.538	-45.294
6.03.03	Pagamento de dividendos	-56.819	-38.394	-39.514
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-768	-37.015	50.747
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.850	66.865	16.118
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.082	29.850	66.865

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.967	-35.484	0	-47.451
5.04.08	Pagamento Dividendos exercício 2010	0	0	-19.363	0	0	-19.363
5.04.09	Pagamento Dividendos exercício 2011	0	0	0	-28.088	0	-28.088
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	5.704	-5.704	0	0
5.04.11	Capitalização em reservas	0	0	1.692	-1.692	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.484	0	35.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.484	0	35.484
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	16.229	0	0	68.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.057	-51.688	0	-47.631
5.04.08	Pagamento Dividendos Exercício 2009	0	0	-14.264	0	0	-14.264
5.04.09	Pagamento Dividendos Exercício 2010	0	0	0	-33.498	0	-33.498
5.04.10	Transferência Dividendos Adicionais Propostos	0	0	19.363	-19.363	0	0
5.04.11	Dividendos Prescritos de Exercícios Anteriores	0	0	0	131	0	131
5.04.12	Transferência do excedente de reserva legal	0	0	-1.042	1.042	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.317	0	53.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.317	0	53.317
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	33.972	0	0	86.064
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-7.964	0	-7.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	33.972	-7.964	0	78.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.317	-28.196	0	-39.513
5.04.08	Pagamento de Dividendos 2008	0	0	-23.383	0	0	-23.383
5.04.09	Transferências para Reservas	0	0	-2.198	2.198	0	0
5.04.10	Distribuição Dividendos conforme AGO 24/04/2009	0	0	0	-2.198	0	-2.198
5.04.11	Pagamento de Dividendos 2009	0	0	0	-28.196	0	-28.196
5.04.12	Transferências Dividendos Adicionais Propostos	0	0	14.264	0	0	14.264
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.015	0	36.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.015	0	36.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.484	-1.484	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.484	-1.484	0	0
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	658.891	619.265	541.205
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	589.718	569.226	513.164
7.01.02	Outras Receitas	4.292	-540	1.709
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	66.078	34.905	31.502
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.197	15.674	-5.170
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-343.465	-309.678	-288.958
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-229.641	-224.642	-212.355
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.742	-78.813	-44.566
7.02.04	Outros	-2.082	-6.223	-32.037
7.03	Valor Adicionado Bruto	315.426	309.587	252.247
7.04	Retenções	-15.405	-16.491	-15.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.405	-16.491	-15.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	300.021	293.096	236.800
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.222	23.356	18.979
7.06.02	Receitas Financeiras	13.222	23.356	18.979
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	313.243	316.452	255.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	313.243	316.452	255.779
7.08.01	Pessoal	27.846	20.427	14.874
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.570	13.432	10.131
7.08.01.02	Benefícios	5.146	5.805	3.895
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.130	1.190	848
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	175.471	178.300	152.751
7.08.02.01	Federais	53.452	64.155	50.796
7.08.02.02	Estaduais	121.681	113.985	101.865
7.08.02.03	Municipais	338	160	90
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.119	30.491	24.749
7.08.03.01	Juros	33.186	29.729	24.102
7.08.03.02	Aluguéis	933	762	647
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.484	51.819	28.196

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.02	Dividendos	33.792	52.861	28.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.692	-1.042	0
7.08.05	Outros	40.323	35.415	35.209
7.08.05.01	Dividendos prescritos de exercícios anteriores	0	-131	0
7.08.05.02	Ajuste pela adoção dos padrões internacionais	0	1.629	6.335
7.08.05.03	Reserva Legal	0	0	1.484
7.08.05.04	Obrigações intra-setoriais	40.323	33.917	27.390

Relatório da Administração

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais" ou "Empresa") apresenta a seguir os fatos e eventos marcantes de 2011, acompanhados das Demonstrações Contábeis correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 8 de março de 2012.

1 - Perfil do negócio e desempenho econômico-financeiro

A Energisa Minas Gerais é a distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 394 mil consumidores em 65 municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se abaixo o desempenho econômico-financeiro da Empresa:

Descrição	2011	2010	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	634,9	592,3	+ 7,2
Receita Operacional Líquida	424,7	395,9	+ 7,3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	72,4	87,1	- 16,9
EBITDA	87,8	103,3	- 15,0
EBITDA Ajustado (*)	93,7	109,3	- 14,3
Resultado Financeiro	(18,6)	(6,4)	+ 190,6
Lucro Líquido	35,5	53,3	- 33,4
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	455,0	410,8	+ 10,8
Caixa / Aplicações Financeiras / Equivalentes	83,5	58,2	+ 43,5
Patrimônio Líquido	68,3	80,3	- 14,9
Endividamento líquido	200,6	164,8	+ 21,7
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos	393.809	382.489	+ 3,0
Vendas de Energia aos Consumidores Cativos (GWh)	1.076,1	1.109,5	- 3,0
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.434,4	1.425,4	+ 0,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,18	8,53	+ 0,65 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	22,1	27,7	- 5,6 p.p
EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro (vezes)	5,0	17,1	- 70,8
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	2,1	1,5	+ 40,0

(*) EBITDA Ajustado: EBITDA mais receitas de acréscimos moratórios de contas de energia elétrica

Relatório da Administração

2 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 64,3 milhões em 2011, o que representa um crescimento de 89,7% em relação ao exercício anterior, quando foram investidos R\$ 33,9 milhões.

Destacam-se abaixo os principais investimentos em 2011:

- conclusão do Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, que absorveu R\$ 4,3 milhões no exercício. Desde o início desse programa, em 2004, até dezembro de 2011 foram efetuadas 27.097 ligações, o que representou o cumprimento da meta prevista nos contratos firmados com os Governos Federal e Estadual. Os investimentos neste programa totalizaram R\$ 104,8 milhões no período;
- adequações na subestação Padre Fialho, no município Matipó, para criação de uma nova conexão do sistema da Energisa Minas Gerais com a rede básica (345 kV), que irá beneficiar todos os consumidores da Empresa e contribuir para a melhoria do perfil de tensão e redução das perdas elétricas;
- aquisição de uma Subestação Móvel com transformador de potência de 20/25 MVA, que permite a realização de manutenções programadas em subestações sem necessidade de desligamentos, bem como a redução do tempo de interrupções acidentais;
- repotenciação de uma das subestações do município de Ubá de 25 MVA para 40 MVA, visando a atender ao crescimento do polo moveleiro;
- reforma da subestação do município de Guarani que recebeu um transformador de 5 MVA;
- reforma de 157 circuitos elétricos de baixa tensão;
- continuidade do projeto de automação das redes de energia, que alcançou 248 equipamentos, dos quais 63 foram instalados em 2011;
- construção da subestação no município de Miraí, com transformador de 7,5/10 MVA e 15 Km de linha de transmissão em 69 kV.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Minas Gerais:

Descrição do ativo	Dez / 2011	Dez / 2010	Variação 2011/2010
Subestações - nº	44	45	- 1 (*)
Capacidade instalada nas subestações - MVA	878	857	+ 21
Linhas de transmissão - km	1.069	1.007	+ 62
Redes de distribuição (próprias) - km	25.469	24.766	+ 703
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.000	966	+ 34
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	55.537	54.348	+ 1.189

(*) Foi desativada uma subestação no município de Sumidouro, visando modernização do sistema.

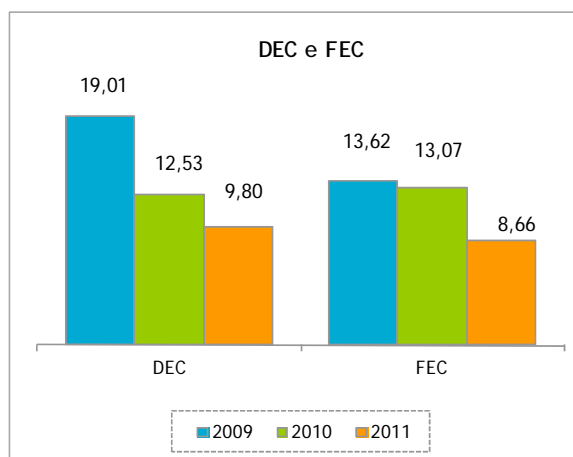
3 - Desempenho operacional

O compromisso da Energisa Minas Gerais com a excelência na prestação do serviço e no relacionamento com clientes resultou, por mais um ano, em altos índices de satisfação na pesquisa da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), realizada pelo Instituto Innovare. Em 2011, a Energisa Minas Gerais conquistou aprovação de 88,4% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) - melhor nota entre as maiores distribuidoras do Sudeste. Foi também o sexto melhor desempenho dentre as 49 distribuidoras de energia elétrica que atuam no Brasil e que participam da pesquisa.

Relatório da Administração

3.1 - Índices DEC e FEC

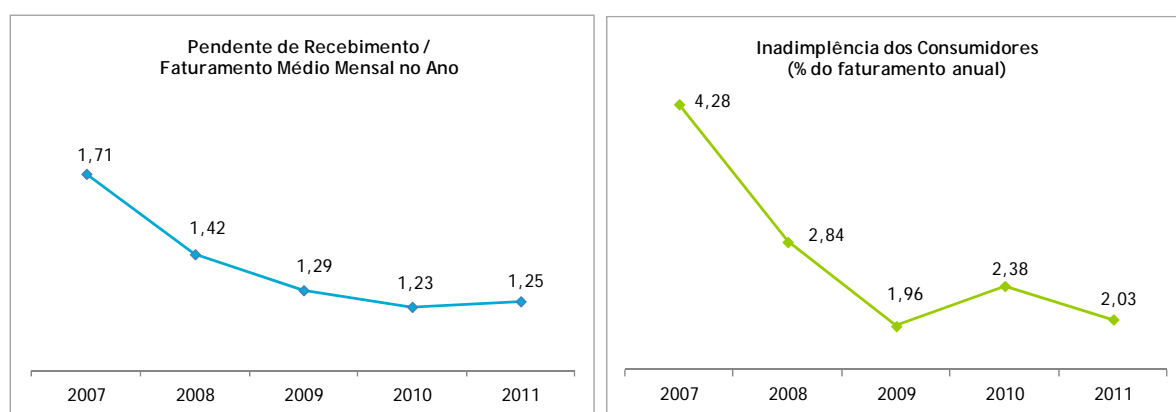
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), que avaliam o desempenho técnico e a qualidade dos serviços prestados pela Energisa Minas Gerais, apresentaram significativa evolução, como resultado dos investimentos e ações de manutenção e eficiente gestão da operação do sistema. Na comparação com o ano anterior, em 2011 o índice DEC melhorou 22%, atingindo a marca de 9,80 horas, e o FEC 34%, atingindo 8,66 vezes.



3.2 - Gestão de recebíveis

A Energisa Minas Gerais manteve em 2011 bons resultados nos indicadores que medem a inadimplência dos consumidores, como reflexo da gestão das contas a receber da empresa. Destaca-se que o esforço de cobrança preserva o bom relacionamento comercial, por meio de uma equipe de profissionais treinados e que possuem a cortesia no atendimento como valor básico no desempenho de suas funções, assim como observam os princípios da economicidade das operações. O objetivo das unidades de cobrança não é o corte indiscriminado e sim promoção da adimplência por meio da persuasão e negociação.

A evolução dos indicadores de pendente e inadimplência dos consumidores está apresentada a seguir:



3.3 - Perdas de energia

Em decorrência do cancelamento de faturamento de parte das ações de perda do ano de 2010, as perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais fechou em 9,44% em 2011, contra 8,53% no ano anterior. Desconsiderando esse efeito, as perdas do ano seriam de 8,91%.

Relatório da Administração

3.4 - Mercado de energia

A energia elétrica total distribuída pela Energisa Minas Gerais em 2011 somou 1.434,4 GWh, representando um aumento de 0,6% em relação a 2010. Contribuiu para este desempenho a energia associada aos consumidores livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição), basicamente industriais, que somou 311,9 GWh no ano, com avanço de 10,5% na mesma base de comparação. Já as vendas de energia elétrica no mercado próprio da empresa totalizaram 1.076,1 GWh em 2011 (272,8 GWh no 4T11) - uma redução de 3,0% em relação ao ano anterior. O consumo doméstico se manteve em expansão ao longo do exercício e as vendas para o segmento residencial cresceram 3,6% no ano (4,0% no 4T11).

Mercado de Energia Elétrica por Segmento - Em GWh

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Var. %	2011	2010	Var. %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	272,8	286,9	- 4,9	1.076,1	1.109,5	- 3,0
• Residencial	100,8	96,9	+ 4,0	393,8	380,2	+ 3,6
• Industrial	52,9	75,0	- 29,5	207,9	271,9	- 23,5
• Comercial	51,0	49,4	+ 3,2	198,2	189,8	+ 4,4
• Rural	33,5	32,3	+ 3,7	139,8	134,5	+ 3,9
• Outras classes	34,6	33,3	+ 3,9	136,4	133,1	+ 2,5
b) Suprimento de Energia Elétrica	13,1	10,0	+ 31,0	47,8	38,6	+ 23,8
c) Fornecimento não Faturado Líquido	0,6	4,7	- 87,2	(1,4)	(5,0)	- 72,0
d) Vendas Totais de Energia Elétrica (a+b+c)	286,5	301,6	- 5,0	1.122,5	1.143,1	- 1,8
e) Energia associada dos Consumidores Livres	79,6	73,8	+ 7,9	311,9	282,3	+ 10,5
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	366,1	375,4	- 2,5	1.434,4	1.425,4	+ 0,6

4 - Desempenho financeiro

4.1 - Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Energisa Minas Gerais atingiu R\$ 634,9 milhões em 2011, valor 7,2% (ou R\$ 42,6 milhões) acima do registrado em 2010, quando a empresa alcançou R\$ 592,3 milhões. No 4T11, a receita bruta foi de R\$ 166,2 milhões, o que representa um aumento de 4,3% (ou R\$ 4,4 milhões) em relação ao 4T10.

4.2 - Reajustes tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, para aplicação a partir de 18 de junho de 2011, o reajuste tarifário anual da Energisa Minas Gerais, refletindo aumento médio de 2,73% para os consumidores.

4.3 - Despesas operacionais

4.3.1 - Despesas operacionais na distribuição de energia elétrica

Em 2011, as despesas operacionais da Energisa Minas Gerais na distribuição de energia atingiram R\$ 308,8 milhões, crescimento de 8,3% (ou R\$ 23,6 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento destas mesmas despesas foi de 38,9% (ou R\$ 23,4 milhões), tendo em vista as reversões de provisões para contingências e devedores duvidosos efetuadas no 4T10, no montante de R\$ 19,0 milhões.

4.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) da Energisa Minas Gerais na distribuição de energia elétrica aumentaram 14,0% (ou R\$ 10,1 milhões) em 2011. No 4T11, as despesas controláveis reduziram em 2,7% (ou R\$ 0,6 milhão) em relação ao igual trimestre de 2010.

Relatório da Administração

4.3.2 - Custos de construção

Com o novo padrão contábil implantado em 2009 (IFRS), a empresa passou a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 2011, os custos de construção totalizaram R\$ 45,2 milhões (R\$ 11,8 milhões no 4T11), contra R\$ 23,1 milhões em 2010 (R\$ 5,2 milhões no 4T10).

4.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 2011, as despesas operacionais totalizaram R\$ 354,0 milhões, crescimento de 14,8% (ou R\$ 45,7 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento das despesas operacionais foi de 45,9% (ou R\$ 30,0 milhões), em decorrências das reversões de provisões para contingências e devedores duvidosos efetuadas no 4T10, no montante de R\$ 19,0 milhões.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões)	4T11	4T10	Var. em R\$ milhões	2011	2010	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	21,5	22,1	- 0,6	82,2	72,1	+ 10,1
1.1 Pessoal	7,7	8,2	- 0,5	29,6	23,6	+ 6,0
1.2 Material	1,3	1,8	- 0,5	5,1	5,0	+ 0,1
1.3 Serviços de terceiros	12,5	12,1	+ 0,4	47,5	43,5	+ 4,0
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	55,9	52,1	+ 3,8	209,1	204,7	+ 4,4
3 - Depreciação e amortização	3,8	3,8	-	15,4	16,2	- 0,8
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,8	(19,0)	+ 19,8	(4,2)	(14,7)	+ 10,5
5 - Despesas com Fundo de Pensão	-	-	-	0,2	0,2	-
6 - Outras despesas	1,6	1,2	+ 0,4	6,1	6,7	- 0,6
Subtotal	83,6	60,2	+ 23,4	308,8	285,2	+ 23,6
7 - Custo de construção	11,8	5,2	+ 6,6	45,2	23,1	+ 22,1
Total	95,4	65,4	+ 30,0	354,0	308,3	+ 45,7

4.4 - Geração operacional de caixa (EBITDA)

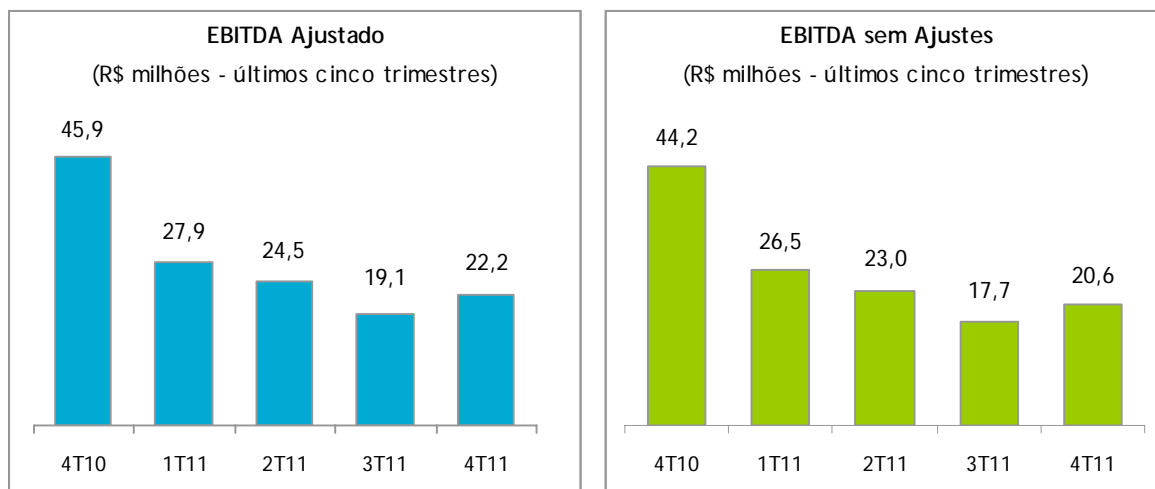
Em 2011, a Energisa Minas Gerais apresentou geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$ 87,8 milhões, contra R\$ 103,3 milhões em 2010. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 93,7 milhões, contra R\$ 109,3 milhões em 2010, ou seja, menor em R\$ 15,6 milhões. A redução do EBITDA decorre fundamentalmente das reversões de provisões para contingências e devedores duvidosos efetuadas no 4T10, favorecendo o EBITDA daquele trimestre em R\$ 19,0 milhões.

EBIT e EBITDA - Em R\$ milhões -

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Variação em R\$ milhões	2011	2010	Variação em R\$ milhões
(=) EBIT	16,8	40,4	- 23,6	72,4	87,1	- 14,7
(+) Depreciação e amortização	3,8	3,8	-	15,4	16,2	- 0,8
(=) EBITDA	20,6	44,2	- 23,6	87,8	103,3	- 15,5
(+) Receitas de acréscimos moratórios	1,6	1,7	- 0,1	5,9	6,0	- 0,1
(=) EBITDA ajustado no período	22,2	45,9	- 23,7	93,7	109,3	- 15,6
Margem do EBITDA ajustado (%)	19,8	43,3	- 23,5 p.p	22,1	27,6	- 5,5 p.p

Relatório da Administração

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Minas Gerais nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



4.5 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) representou em 2011 uma despesa financeira líquida de R\$ 18,6 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 6,4 milhões em 2010. A Energisa Minas Gerais encerrou o exercício de 2011 com um endividamento líquido de R\$ 200,5 milhões, tendo R\$ 83,5 milhões em disponibilidades e aplicações financeiras.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo, líquidas das disponibilidades e aplicações financeiras da empresa:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo (CP)	40,8	44,3
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	36,7	40,6
. Encargos de dívidas	2,6	2,2
. Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,5	1,5
Longo Prazo (LP)	243,2	178,7
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	238,9	173,9
. Parcelamento de impostos e déficit atuarial	4,3	4,8
Total das dívidas (CP+LP)	284,0	223,0
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	83,5	58,2
Total das dívidas líquidas	200,5	164,8

Relatório da Administração

4.6 - Lucro líquido e dividendos

Em 2011, a Energisa Minas Gerais apresentou lucro líquido de R\$ 35,5 milhões, valor 33,4% inferior aos R\$ 53,3 milhões apurados em 2010. O lucro líquido no 4T10 foi de R\$ 7,4 milhões, contra R\$ 26,7 milhões em igual período de 2010.

Composição do lucro líquido:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Variação %	2011	2010	Variação %
(+) Resultados antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	16,8	40,4	- 58,4	72,4	87,1	- 16,9
(+/-) Resultado financeiro	(5,5)	0,4	-	(18,6)	(6,4)	+ 190,6
(-) Contribuição social, imposto de renda e outros	(3,9)	(14,1)	- 72,3	(18,3)	(27,4)	- 33,2
(=) Lucro líquido	7,4	26,7	- 72,3	35,5	53,3	- 33,4

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2011, a Energisa Minas Gerais já distribuiu dividendos à conta do exercício no montante de R\$ 28,1 milhões, pagos a partir de: i) 2 de setembro de 2011, correspondentes a R\$ 22,1 milhões (R\$ 49,06 por ação); e ii) 29 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 6,0 milhões (R\$ 13,26 por ação). Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 5,7 milhões (R\$ 12,65464709 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício no valor de R\$ 33,8 milhões representam 95,2% do lucro líquido apurado.

5 - Responsabilidade socioambiental

A Energisa Minas Gerais sabe da importância do seu papel social e está cada vez mais presente nas comunidades onde atua, por meio de ações promovidas pela Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho - entidade exclusivamente focada na produção e na valorização da cultura brasileira -, e em parcerias com prefeituras e instituições nas áreas da educação, esporte, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

A 9ª edição do tradicional Festival de Viola de Piacatuba, entre os dias 27 e 31 de julho, movimentou mais de 40 mil pessoas para um evento que já se tornou referência no calendário cultural mineiro. Além da mobilização cultural, o festival é responsável por incrementar a vida econômica do distrito de Piacatuba - que hoje conta com bares, restaurantes e pousadas abertos a partir da realização do Festival.

Ainda na linha de incentivo à cultura, a Energisa Minas Gerais reuniu mais de 18 mil pessoas em 32 espetáculos musicais e teatrais realizados por intermédio do projeto Usina Cultural, responsável pela geração de mais de 50 empregos diretos e indiretos. Já o Circuito Grande Hotel Muriahe promoveu 94 eventos, entre exposições e oficinas, para um público estimado de 30 mil pessoas; todas as atividades culturais foram realizadas no Centro Cultural do Grande Hotel, restaurado com apoio da Energisa.

Além dessas ações, a Energisa Minas Gerais continuou apoiando em 2011 os projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque a Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho em Leopoldina (MG) e as atividades de inserção social do Projeto Café com Pão Arte Confusão.

Através da Lei de Incentivo ao Esporte, a Energisa Minas Gerais patrocinou o 1º Open de Parapente da Zona da Mata, evento realizado em Leopoldina, Muriaé e Astolfo Dutra, que atraiu esportistas do país inteiro. Internamente, manteve o programa "Atletas Energisa", com suporte aos funcionários nos treinamentos e participação em corridas de rua nacionais.

O Projeto Nossa Energia, associado ao Programa de Eficiência Energética da Aneel, foi um dos mais importantes destaques na área social em 2011. A Energisa Minas Gerais adquiriu uma unidade móvel e percorreu os municípios da área de concessão levando informação sobre o uso seguro e consciente da energia elétrica. Em 2011, o projeto beneficiou milhares de famílias cadastradas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda, alcançando os seguintes resultados: doação de 879 padrões de energia e substituição de 31 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes, 552 geladeiras e 778 chuveiros eletrônicos. Além disso, o Projeto Nossa Energia cadastrou mais de mil famílias na Tarifa Social de

Relatório da Administração

Energia Elétrica e levou atividades educativas através de vídeos interativos e palestras a mais de 10 mil alunos de escolas municipais e estaduais.

Em 2011, a parceria com a Junior Achievement, fundação educativa sem fins lucrativos, completou três anos. Com o envolvimento de funcionários em programas de voluntariado, mais de 650 estudantes já foram beneficiados com cursos que visam à formação de jovens empreendedores.

Além disso, a Energisa Minas Gerais patrocinou diversas iniciativas das prefeituras da área de concessão e de outras instituições que estimulam o esporte, diversas formas culturais como a literatura e a música, a sustentabilidade, além de seminários e feiras que promovem o desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

A Energisa Minas Gerais também trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. Merecem destaque: o descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública; o desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3R's, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc); a contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

Ainda como destaque nas ações com vistas ao desenvolvimento sustentável, a Energisa Minas Gerais participa de vários consórcios e comitês em prol do desenvolvimento sustentável e dos recursos hídricos de sua área de concessão, a exemplo do Comitê Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), do Consórcio Rio Pomba, do Consórcio Rio Muriaé, do Comitê da Bacia Hidrográfica das Águas do Rio Manhuaçu, do Comitê Pomba/Muriaé e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna. A empresa integra o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERHMG).

Relatório da Administração

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho socioambiental da Energisa Minas Gerais:

ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
CNPJ Nº 19.527.639/0001-58						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2011 e 2010						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2011 Valor			2010 Valor		
Receita líquida (RL)	424.681			395.875		
Resultado operacional (RO)	52.122			81.231		
Folha de pagamento bruta (FPB)	20.696			20.109		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.365	16,26%	0,79%	3.145	15,64%	0,79%
Encargos sociais compulsórios	4.665	22,54%	1,10%	4.589	22,82%	1,16%
Previdência privada	228	1,10%	0,05%	244	1,21%	0,06%
Saúde	969	4,68%	0,23%	955	4,75%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho	497	2,40%	0,12%	474	2,36%	0,12%
Educação	62	0,30%	0,01%	38	0,19%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	332	1,60%	0,08%	270	1,34%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	68	0,33%	0,02%	66	0,33%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	1.754	8,48%	0,41%	1.778	8,84%	0,45%
Outros	427	2,06%	0,10%	509	2,53%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	12.367	59,76%	2,91%	12.068	60,01%	3,05%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	211	0,40%	0,05%	132	0,16%	0,03%
Cultura	1.066	2,05%	0,25%	1.439	1,77%	0,36%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	45	0,09%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	257	0,49%	0,06%	404	0,50%	0,10%
Total das contribuições para a sociedade	1.579	3,03%	0,37%	1.975	2,43%	0,50%
Tributos (excluídos encargos sociais)	170.806	327,70%	40,22%	173.711	213,85%	43,88%
Total - Indicadores sociais externos	172.385	330,73%	40,59%	175.686	216,28%	44,38%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11.613	22,28%	2,73%	5.468	6,73%	1,38%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	11.613	22,28%	2,73%	5.468	6,73%	1,38%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51a 75%		() não possui metas () cumpre de 51a 75%		() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	
	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	528			539		
Nº de admissões durante o período	62			82		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	80			18		
Nº de estagiários(as)	10			24		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	105			125		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	69			75		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,43%			38,90%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	70			71		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	6			5		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,81			25,81		
Número total de acidentes de trabalho	11			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.987	no Procon 96	na Justiça 192	na empresa 4.146	no Procon 100	na Justiça 192
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 97,12%	no Procon 100%	na Justiça 70%	na empresa 97,12%	no Procon 100%	na Justiça 70%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 313.243			Em 2010: 316.452		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69% governo acionistas	9% colaboradores(as) 11% terceiros	10% 1% retido	67% governo acionistas	6% colaboradores(as) 10% terceiros	17% acionistas 0% retido
7 - Outras Informações	2011			2010		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	2.518			4.040		
7.1.2 - Investimento do Estado	1.121			1.798		
7.1.3 - Investimento do Município						

Relatório da Administração

6 - Serviços prestados pelo Auditor Independente

A Energisa Minas Gerais não contratou a KPMG Auditores Independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa. A política de contratação adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

7 - Demonstrações contábeis regulatórias

Em atendimento a Resolução Normativa Aneel nº 396/10, a Companhia disponibilizará em seu sítio eletrônico as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2011 até 30 de abril de 2012.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 393.826 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 16, 25 e 35, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2012.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, planos de aposentadoria e pensões, ativos fiscais e créditos tributários diferidos, marcação a mercados dos instrumentos financeiros. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas - inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

- a) Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b) Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do

Notas Explicativas

resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda - as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 32.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, Consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- c) Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e) Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f) Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão, classificado como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais;

Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão, é o valor dos ativos em serviço registrados ao custo histórico.

- g) Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e os custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela a ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h) Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;

Notas Explicativas

- i) Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações é apropriada na demonstração de resultado como despesa financeira;
- j) Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- k) Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- l) Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de

Notas Explicativas

qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011;

- m) Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n) Derivativos - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;
- o) Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, quando as projeções financeiras indicam a probabilidade de lucros futuros sujeitos à tributação em montantes suficientes a realização dos ativos constituídos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- p) Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As contingências estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q) Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento pré-fixada ou pós-fixada, nas datas das respectivas transações;
- r) Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;
- s) Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t) Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos

Notas Explicativas

benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- u) Demais ativos e passivos circulante e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2011	2010
CEF	CDB	23/07/13	100,5% do CDI	7.468	
Mercantil	CDB	01/12/14	105,0% do CDI	1.226	
Mercantil FID	CDB	22/10/21	105,0% do CDI	952	990
				<u>9.646</u>	<u>990</u>
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	10.004	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	946	2.620
Fundo JGP Max FIC FIM	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	1.046
Fundo Paineiras Hedge FI	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	1.045
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	17.585
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	77
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	28	159
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.002	-
				<u>15.980</u>	<u>22.532</u>
Total				<u>25.626</u>	<u>23.522</u>
Caixa e bancos				<u>3.456</u>	<u>6.328</u>
Total caixa e equivalente de caixa				<u>29.082</u>	<u>29.850</u>

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

Notas Explicativas**b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados**

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2011	2010
BES	CDB	10/10/2013	100,0% do CDI	28	34
		16/12/2013 a			
BMG	CDB	24/04/2014	112,0% do CDI	1.480	254
Bradesco	CDB	02/12/2013	100,0% do CDI	39	-
		09/01/2012 a			
Bradesco	Debêntures	13/11/2012	100,0% do CDI	15.729	17.092
Bradesco	Poupança	-	Poupança	521	503
BTG Pactual	CDB	11/04/2011	106,1% do CDI	-	5.386
CEF	Poupança	-	Poupança	1.243	16
Itaú	CDB	3/12/2013	101,8% do CDI	15	123
		04/04/2013 a			
Itaú	Debêntures	25/07/2013	100,0% a 103,5% do CDI	157	21
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	55	52
Pine	CDB	02/07/2012	111,0% do CDI	10.005	-
Votorantim	Debêntures	27/06/2012	106,0% do CDI	20.009	-
				<u>49.281</u>	<u>23.481</u>
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	679	429
				<u>679</u>	<u>429</u>
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	4.409	4.419
				<u>4.409</u>	<u>4.419</u>
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				<u><u>54.369</u></u>	<u><u>28.329</u></u>
Circulante				49.439	23.417
Não circulante				4.930	4.912

(*) Aplicações em cotas subordinadas do FIDC.

Notas Explicativas**6. Consumidores e concessionárias**

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2011	2010
Residencial	12.653	4.800	433	151	30	-	18.067	17.570
Industrial	12.409	634	26	51	521	425	14.066	20.036
Comércio, serviços e outras atividades	6.610	1.251	238	103	128	-	8.330	8.276
Rural	2.543	825	161	71	109	-	3.709	3.645
Poder público:								
Federal	25	3	1	1	1	-	31	29
Estadual	278	25	10	5	8	-	326	309
Municipal	1.009	98	35	22	29	-	1.193	1.126
Iluminação pública	895	31					926	488
Serviço público	1.151	17	2	-	-	-	1.170	1.142
Subtotal - consumidores	37.573	7.684	906	404	826	425	47.818	52.621
Concessionárias (2)							9.277	9.347
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	15.000	12.480
Outros	-	-	-	-	-	-	15.282	33.197
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(2.091)	(2.475)
Total	37.573	7.684	906	404	826	425	85.286	105.170
Circulante	-	-	-	-	-	-	77.079	96.963
Não circulante	-	-	-	-	-	-	8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.277 (R\$9.347 em 2010), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2011, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2011. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$46 (R\$848 em 2010), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.280 (R\$1.601 em 2010), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2011	2010
Saldos a vencer	193	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	2.211	2.474
	9.277	9.347
(-) Aquisições de energia na CCEE	(46)	(848)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.280)	(1.601)
	7.951	6.898

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Notas Explicativas

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos de créditos a receber	8.438	9.350
Ajuste a valor presente	(445)	(296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(3.143)</u>	<u>(2.210)</u>
	<u>4.850</u>	<u>6.844</u>
Circulante	1.957	3.057
Não circulante	2.893	3.787

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2011</u>
Vencidos	3.143
2012	1.434
2013	1.183
2014	1.145
2015	981
2016	186
2017	122
2018 em diante	<u>244</u>
Subtotal	8.438
(-) Ajuste a valor presente	<u>(445)</u>
	<u>7.993</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Movimentação das provisões		
Saldo - inicial	4.685	20.781
Provisões constituídas no exercício	814	4.836
Reversão de provisões no exercício	<u>(265)</u>	<u>(20.932)</u>
Saldo - final - circulante	<u>5.234</u>	<u>4.685</u>
Consumidores e concessionárias e CCEE	2.091	2.475
Títulos de créditos a receber	3.143	2.210

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Notas Explicativas

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em junho de 2012.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 14 de junho de 2011, por meio da Resolução nº 1.155, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 18 de junho de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 2,73%, respectivamente.

10. Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a receber dos geradores.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos a receber montam em R\$136.

11. Baixa renda e outros créditos

	2011	2010
Baixa renda	2.384	3.260
Outras	13.595	6.664
	<u>15.979</u>	<u>9.924</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	2011	2010
Saldo - inicial	3.260	2.980
Subvenção Baixa Renda	14.571	17.821
Ressarcimento pela Eletrobrás	<u>(15.447)</u>	<u>(17.541)</u>
Saldo - final - circulante	<u>2.384</u>	<u>3.260</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Notas Explicativas

12. Impostos a recuperar

	2011	2010
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11.623	9.026
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	251	28
Imposto de Renda - IRPJ	20	43
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	25	26
Contribuição do PIS e COFINS	10.185	12.454
Outros	446	443
	<u>22.550</u>	<u>22.020</u>
Circulante	10.379	13.689
Não Circulante	12.171	8.331

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício:

	Energisa NF (a)	Energisa Serv. Aéreos (a)	Energisa Soluções (a)	Energisa S/A (b)	2011	2010
Prestação de serviços	-	(125)	(20.079)	(9.448)	(29.652)	(27.413)
Custo e uso de conexão	(1.177)	-	-	-	(1.177)	(1.535)

- (a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

Remuneração dos administradores

No exercício de 2011, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$604 (R\$571 em 2010) e da Diretoria foi de R\$1.055 (R\$1.007 em 2010). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$302 (R\$369 em 2010). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$253 (R\$245 em 2010).

No exercício de 2011, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$14 e R\$2 (R\$13 e R\$2 em 2010), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2011 foi de R\$6 (R\$8 em 2010).

14. Impostos diferidos e despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas do CPC 26 e 32.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

<u>Período</u>	<u>Realizações de créditos fiscais</u>
2012	5.274
2013	6.206
2014	7.056
2015	20.483
2016 a 2021	<u>4.795</u>
Total - circulante	<u><u>43.814</u></u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.847	80.691
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada	(18.308)	(27.435)
Ajustes:		
Outros	<u>(55)</u>	<u>61</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(18.363)</u>	<u>(27.374)</u>
Alíquota efetiva	<u>34,1%</u>	<u>33,90%</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo		
Prejuízo fiscal	26.467	29.556
Base negativa de contribuição social	10.410	11.505
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	5.101	7.314
Contribuição social	<u>1.836</u>	<u>2.633</u>
Total - não circulante	<u>43.814</u>	<u>51.008</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo		
Imposto de renda	1.884	548
Contribuição social	<u>678</u>	<u>197</u>
Total - não circulante	<u>2.562</u>	<u>745</u>

15. Contas a receber da Concessão

A Companhia reconheceu o ativo financeiro referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão dos serviços públicos de energia elétrica (vide nota explicativa nº 35), classificado como empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo dessa rubrica monta em R\$136.442 e R\$94.006, respectivamente.

<u>Movimentação</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo - inicial	94.006	77.108
Adições	42.436	16.922
Baixas	-	(24)
Saldo - final - não circulante	<u>136.442</u>	<u>94.006</u>

Notas Explicativas**16. Intangível****Contrato de concessão**

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo Inicial					Saldo Final
	2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2011
Em Serviço						
Custo	312.066	-	17.808	(4.580)	-	325.294
Amortização	(212.497)	-	-	4.208	(22.757)	(231.046)
Subtotal	99.569	-	17.808	(372)	(22.757)	94.248
Em Curso (*)	14.017	64.288	(17.808)	(51.058)	-	9.439
Total	113.586	64.288	-	(51.430)	(22.757)	103.687
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	41.278	-	2.030	1.372	-	44.680
Amortização	(13.390)	-	-	-	(7.352)	(20.742)
Subtotal	27.888	-	2.030	1.372	(7.352)	23.938
Em Curso (*)	30.696	8.486	(2.030)	(9.495)	-	27.657
Total	58.584	8.486	-	(8.123)	(7.352)	51.595
Total Geral	55.002	55.802	-	(43.307)	(15.405)	52.092

	Saldo Inicial					Saldo Final
	2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2010
Em Serviço						
Custo	301.903	-	12.769	(2.606)	-	312.066
Amortização	(192.241)	-	-	2.248	(22.504)	(212.497)
Subtotal	109.662	-	12.769	(358)	(22.504)	99.569
Em Curso (*)	17.623	33.156	(12.769)	(23.993)	-	14.017
Total	127.285	33.156	-	(24.351)	(22.504)	113.586
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	39.200	-	2.160	(82)	-	41.278
Amortização	(7.404)	-	-	27	(6.013)	(13.390)
Subtotal	31.796	-	2.160	(55)	(6.013)	27.888
Em Curso (*)	29.503	10.425	(2.160)	(7.072)	-	30.696
Total	61.299	10.425	-	(7.127)	(6.013)	58.584
Total Geral	65.986	22.731	-	(17.224)	(16.491)	55.002

(*) As baixas do intangível e obrigações especiais em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculados ao serviço público de energia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (4,69%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuições do consumidor	106.565	98.211
Participação da União - recursos CDE	47.767	47.736
Participação do Governo do Estado	16.291	16.213
Reserva para reversão	1.409	1.409
(-) Amortização acumulada	<u>(20.743)</u>	<u>(13.390)</u>
Total	<u>151.289</u>	<u>150.179</u>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	99.694	91.595
Infraestrutura - Intangível em serviço	23.938	27.888
Infraestrutura - Intangível em curso	<u>27.657</u>	<u>30.696</u>
Total	<u>151.289</u>	<u>150.179</u>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Durante o exercício de 2011 e 2010 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado	24.723	24.327
(-) transferência para o intangível em curso (*)	<u>(1.367)</u>	<u>(648)</u>
Efeito líquido no resultado	<u>23.356</u>	<u>23.679</u>

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

Notas Explicativas

17. Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

Abaixo apresentamos as características dos Programas de Universalização de Energia e LUZ PARA TODOS, iniciados no exercício de 2004.

Programa Luz para Todos (1):	%
Governo Estadual	85
Governo Federal - CDE	46,6
Distribuidora - RGR	38,4
Distribuidora - próprios	15
Recursos investidos - (R\$ mil)	104.745
Recursos recebidos da Eletrobrás/Estado - (R\$ mil)	107.825
Ligações executadas	27.097
Ano de Conclusão	2010
R\$ mil a investir	-
Universalização(2):	
Ano de conclusão	2005
R\$ mil investidos	8.400
Consumidores atendidos	15.023

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) A meta de universalização (excetuando o Programa Luz para Todos) foi atingida em 2005. Atualmente, a Companhia vem efetivando apenas novas ligações devidas ao crescimento vegetativo do mercado.

Pelos números apresentados, verifica-se que a Companhia teve seu mercado sensivelmente aumentado com a ligação dos consumidores contemplados pelos respectivos Planos de Universalização e do Programa Luz para Todos, ressaltando-se que, além desses, estarão sendo conectados aos sistemas da Companhia aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

A Administração destaca o desafio na implantação desses Programas, nos quais foram aplicados recursos de investimentos, considerando os que foram investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, tais investimentos contribuíram, em muito, para eliminar perdas de energia existentes, bem como, minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando positivamente, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento do Estado de Minas Gerais.

18. Fornecedores

	2011	2010
Circulante		
Suprimento (1):		
Furnas	136	136
Contratos Bilaterais	21.068	20.170
CCEE	46	848
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	6.194	6.132
Materiais e serviços e outros (2)	5.485	7.134
Total	32.929	34.420
Circulante	32.262	33.842
Não circulante	667	578

1 Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

2 Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

Notas Explicativas**19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Operação	Encargos da dívida	Principal		2011	2010	Ref.
		Circulante	Não Circulante			
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	153	16.625	-	16.778	33.136	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	131	-	15.000	15.131	15.135	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	5.295	6.776	7.911	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	48	62	71	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	261	2.480	21.249	23.990	27.030	
Eletrobrás - Luz para Todos	-	-	269	269	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	6	1.667	-	1.673	4.272	
Banco HSBC - repasse BNDES	10	673	1.591	2.274	2.787	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	214	709	928	1.012	
Banco HSBC - repasse BNDES	9	319	1.059	1.387	1.708	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	89	331	3.732	4.152	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	19	98	1.065	1.182	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	40	135	1.558	1.733	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	3	2	617	622	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
Banco Itaú - repasse FINAME	28	83	3.396	3.507	324	
CCB - Banco Bradesco	1.208	12.500	37.500	51.208	63.882	(1)
Total em moeda nacional	2.117	36.555	95.088	133.760	157.268	
Em moeda estrangeira						
Citibank	226	-	30.857	31.083	-	
Merryl Lynch	256	-	53.488	53.744	-	
Total em moeda estrangeira	482	-	84.345	84.827	-	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(162)	(184)	(357)	(560)	
Total	2.588	36.393	179.249	218.230	156.708	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$20.139 (R\$21.511 em 2010), registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2011, todas as exigências foram cumpridas.

Notas Explicativas**Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:**

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	49	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%
Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	3	TJLP	+	4,7%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	25	TJLP	+	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	27	UMBND	+	4,3% + juros variáveis
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	4,75%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	56	UMBND	+	3,75%+ juros variáveis
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	5,95%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	61	TJLP	+	5,0%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	Mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		4,5%
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	27	CDI	+	1,25%
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	33	libor	+	2,25%
Merryl Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	34	libor	+	2,0%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2011	2010
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Notas Explicativas

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2011</u>
2013	19.474
2014	104.083
2015	19.665
2016	6.084
2017	5.126
Após 2017	<u>24.817</u>
Total	<u>179.249</u>

20. Debêntures

Principais características das debêntures:

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2011 (*)	<u>60.010</u>
Circulante	319
Não circulante	59.691
Saldos em 2010 (*)	<u>59.973</u>
Circulante	313
Não circulante	59.660

(*) Deduzido de R\$340 (R\$370 em 2010), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$59.691 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

21. Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ICMS	20.215	18.572
Encargos Sociais	587	392
IRPJ	1.694	2.091
CSSL	1.915	2.337
PIS/COFINS	5.233	5.896
IRRF	294	276
Outros	560	449
Total	<u>30.498</u>	<u>30.013</u>
Circulante	29.508	28.960
Não circulante	990	1.053

22. Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$1.326 e registrados juros Selic de R\$532.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do parcelamento é de R\$4.384 (R\$5.178 em 2010) e o número de parcelas a serem quitadas são 38.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo dos impostos parcelados esta assim programada:

	2011	2010
2011	-	1.195
2012	1.404	2.319
2013	1.404	1.664
2014	1.404	-
Após 2014	172	-
Total	4.384	5.178
Circulante	1.315	1.195
Não circulante	3.069	3.983

23. Provisões para contingências

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2010	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	7.975	1.276	(6.827)	340	2.764
Cíveis	2.281	774	(290)	122	2.887
Fiscais	371	-	(371)	-	-
Total	10.627	2.050	(7.488)	462	5.651
Depósitos e cauções vinculados (*)	(944)	-	-	-	(566)
	Saldo inicial 2009	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2010
Trabalhistas	6.485	610	(10)	890	7.975
Cíveis	1.866	630	(215)	-	2.281
Fiscais	371	-	-	-	371
Total	8.722	1.240	(225)	890	10.627
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.253)	-	309	-	(944)

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.127 (R\$1.016 em 2010) dos quais R\$561 (R\$72 em 2010), não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o exercício de 2011, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, efetuou análise dos processos trabalhistas em andamento e, como consequência, constatou-se que a provisão constituída encontrava-se inferior ao necessário para cobrir as prováveis perdas. Conseqüentemente, no exercício foi registrado complemento de provisão no valor de R\$1.276 (R\$610 em 2010) e reversão de provisão no montante de R\$6.827 (R\$10 em 2010).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425 (R\$400 em 2010).

No exercício de 2011, foi registrado complemento de provisão no montante de R\$774 (R\$630 em 2010) e reversão de provisões no montante de R\$290 (R\$215 em 2010).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas de COFINS, INSS, PIS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício de 2011, foi revertida provisão de R\$371.

Notas Explicativas

A Administração, baseada no parecer de seus consultores jurídicos, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos referidos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota ou de perda de provisão.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$63.645 (R\$37.973 em 2010), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$1.664 (R\$3.328 em 2010), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$38.551 (R\$14.893 em 2010) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

Fiscais

Essas ações no montante de R\$23.430 (R\$19.752 em 2010), têm por objeto pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676 ações ordinárias, 79.783 ações preferenciais classe "A" e 253 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

24.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social.

Notas Explicativas

24.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício o montante de R\$1.692 foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

24.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	35.484	53.317
Ajuste pela adoção dos padrões internacionais de contabilidade	-	(1.629)
Dividendos prescritos	-	131
Transferência do excesso da reserva legal	-	1.042
Lucro líquido ajustado	<u>35.484</u>	<u>52.861</u>
Dividendos antecipados autorizados pela RCA (*):		
. Em setembro de 2011 - R\$0,049 por lote de mil ações (maio de 2010 - R\$0,01906 por lote de mil ações)	22.112	8.591
. Em agosto de 2010 - R\$0,034477 por lote de mil ações	-	15.539
. Em dezembro de 2011 - R\$0,013 por lote de mil ações (04 de novembro de 2010 - R\$0,020784 por lote de mil ações)	<u>5.976</u>	<u>9.368</u>
	28.088	33.498
Dividendos adicionais propostos R\$0,013 (R\$0,04295 em 2010) por lote de mil ações (**):	5.704	19.363
Total dos dividendos	<u>33.792</u>	<u>52.861</u>
% sobre o lucro líquido ajustado	95	100

(*). Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 10 de agosto e 23 de dezembro de 2011 (23 de maio, 27 de agosto e 04 de novembro de 2010) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2011 (31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010), respectivamente.

(**). Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento desses dividendos até o último dia útil de março de 2012.

Notas Explicativas**25. Receita operacional**

	2011			2010		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	288.434	393.849	230.102	280.048	380.213	216.064
Industrial	3.678	207.897	94.420	3.640	271.880	110.992
Comercial	33.216	198.187	103.545	31.393	189.839	94.170
Rural	63.708	139.833	47.548	62.802	134.479	43.269
Poder Público:						
Federal	61	441	232	58	424	211
Estadual	531	9.326	4.902	507	8.967	4.471
Municipal	3.293	19.647	10.310	3.147	18.890	9.404
Iluminação Pública	256	68.514	20.635	260	66.613	18.943
Serviço Público	542	35.430	13.569	536	35.239	13.021
Consumo Próprio	90	2.961	-	89	2.966	-
Subtotal	393.809	1.076.085	525.263	382.480	1.109.510	510.545
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	10.740	-	-	10.105
Suprimento	-	47.809	1.100	-	38.561	2.811
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(1.375)	2.520	-	(4.988)	(874)
Disponibilização do sistema de transmissão. e de distribuição	17	-	44.691	9	-	41.582
Receita de Construção	-	-	45.180	-	-	23.121
Outras receitas operacionais	-	-	5.404	-	-	5.057
Total - receita operacional bruta	393.826	1.122.519	634.898	382.489	1.143.083	592.347
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	115.585	-	-	109.969
PIS	-	-	9.626	-	-	9.364
COFINS	-	-	44.606	-	-	43.132
ISS	-	-	77	-	-	90
Quota para RGR	-	-	3.176	-	-	2.966
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.885	-	-	1.875
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	14.165	-	-	12.249
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	18.081	-	-	13.827
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.016	-	-	3.000
TOTAL	-	-	210.217	-	-	196.472
Total - receita operacional líquida	393.826	1.122.519	424.681	382.489	1.143.083	395.875

26. Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2011	2010
	Energia elétrica comprada para revenda	162.157	-	-	-	-	162.157
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	46.903	-	-	-	-	46.903	47.272
Pessoal e administradores	-	15.196	20	2.827	11.607	29.650	23.586
Entidade de previdência privada	-	20	-	4	204	228	244
Material	-	1.597	96	1.923	1.443	5.059	4.981
Serviços de terceiro	-	14.204	166	8.099	25.008	47.477	43.537
Amortização	-	14.399	-	247	759	15.405	16.491
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	1.197	-	1.197	(15.674)
Provisões para contingências	-	(5.066)	-	-	(372)	(5.438)	1.015
Custo de construção	-	-	45.180	-	-	45.180	23.121
Outras	-	1.686	-	340	4.118	6.144	6.261
	209.060	42.036	45.462	14.637	42.767	353.962	308.272

Notas Explicativas

27. Outros Resultados

	2011	2010
Outras receitas:		
Ganho na alienação/desativação	3.841	1.052
Outros	451	(49)
	<u>4.292</u>	<u>1.003</u>
Outras despesas:		
Perda na alienação/desativação:	(2.726)	(1.610)
Outros	159	67
	<u>(2.567)</u>	<u>(1.543)</u>

28. Receitas de despesas financeiras

	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	6.636	6.678
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.803	6.005
Outras receitas financeiras	783	10.673
Total receitas financeiras	13.222	23.356
Encargos de dívidas - juros	(24.723)	(24.327)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(4.594)	47
Transferência para ordens em curso	1.367	648
Ajuste valor presente ativo	(149)	(128)
Marcação a mercado derivativos	(1.431)	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.242	-
Outras despesas financeiras	(5.531)	(5.968)
Total despesas financeiras	(31.819)	(29.728)
Total receitas (despesas) financeiras	(18.597)	(6.372)

29. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 370.676 ações ordinárias, 80.036 ações preferenciais classe "A" e "B".

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2011	2010
Riscos Nomeados	23/10/2012	28.180	198	162
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	118	115
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2012	até R\$200 / veículo	59	55
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	30.428	125	169
			<u>500</u>	<u>501</u>

Notas Explicativas

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

31. Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro de veículos no montante de R\$45 (R\$195 em 2010) líquido de amortização, registrados no ativo intangível.

As despesas de amortização foram de R\$150 (R\$163 em 2010).

Os referidos contratos já foram totalmente liquidados.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	29.082	29.082	29.850	29.850
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	54.369	54.369	28.329	28.329
Consumidores e concessionárias	85.286	85.286	105.170	105.170
Títulos de créditos a receber e outros	4.850	4.850	6.844	6.844
Conta a receber da concessão	136.442	136.442	94.006	94.006
PASSIVO				
Fornecedores	(32.929)	(32.929)	(34.420)	(34.420)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(278.240)	(276.240)	(216.681)	(217.232)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão identificadas a seguir:

Notas Explicativas

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui, caixa e equivalente de caixa, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, estão compatíveis com o valor justo de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão e dos empréstimos com o Bradesco, Citibank e Merrill Lynch e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o valor justo difere do valor contábil. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo".

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- ***Limitações***

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- ***Administração financeira de risco***

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da

Notas Explicativas

Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise .

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	32.262	-	-	-	667	32.929
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	21.839	35.536	216.126	33.986	37.287	344.774

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2011	2010
Caixa e equivalente de caixa	29.082	29.850
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	54.369	28.329
Consumidores e concessionárias	85.286	105.170
Títulos de créditos a receber e outros	4.850	6.844
Conta a receber da concessão	136.442	94.006

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2011, com alta de 12,58% sobre 31 de dezembro de 2010, cotado a R\$1,8758/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 31 de dezembro de 2011 de R\$278.937 (R\$217.611 em 2010), R\$84.827 estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,6 milhões (US\$16,5 milhões de principal) e US\$28,7 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,5 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + (LIBOR + 2,25%) ao ano e possuem vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014 e 26 de outubro de 2014, respectivamente.

Ademais, a própria valorização do Real frente ao Dólar de partida das operações é responsável pela quase totalidade desta posição passiva líquida, o que é natural nas operações de hedge, onde as empresas deixam de estar passivas em Dólar para estarem passivas em CDI.

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,5 milhões de principal mais juros através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 30/03/2012 até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,5 milhões de principal mais juros através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 26/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 26/10/2012 até 26/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

Notas Explicativas

No exercício de 2011, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$3.242 decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência	Descrição	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	2011			2011	A Receber/ (Recebido)
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	Nocional (BRL)	Posição Ativa		-	-
	80.055	Taxa de Juros LIBOR	85.150		
		Posição Passiva		-	
		Taxa de Juros CDI	(82.346)		
		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.239)		
	Posição Total Swap Com Opções	1.565		-	
Swap com opções - Itaú BBA	Nocional (BRL)	Posição Ativa		-	-
	50.001	Taxa de Juros CDI	52.196		
	-	Posição Passiva		-	
		Taxa de Juros CDI	(49.716)		
		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(2.233)		
		Posição Total Swap Com Opções	247		-

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações contábeis):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo			17.380	438	(16.504)
Posição Ativa - LIBOR	85.150		67.770	84.712	101.654
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(82.346)	Alta do US\$	(79.866)	(79.866)	(79.866)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.239)		-	-	-
Subtotal	1.565		(12.096)	4.846	21.788
Líquido	1.565		5.284	5.284	5.284

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2011, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2011, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$5.284, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$5.284 e R\$5.284, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2011, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,50% a.a. e a TJLP = 6% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	79.995	Alta CDI	7.114	8.894	10.675
Instrumentos financeiros passivos:					
	(143.468)	Alta CDI	(4.443)	(6.315)	(7.397)
Empréstimos e financiamentos	(12.976)	Alta TJLP	(340)	(412)	(462)
	-	Alta FNE	-	-	-
Subtotal (**)	(156.444)		(4.783)	(6.727)	(7.859)
Total	(76.449)		2.331	2.167	2.816

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2012 (11,40% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2011 e a TJLP 6% a.a.

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$84.827.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2011	2010
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	54.369	28.329

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

33. Benefícios a empregados

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit atuarial (*)	
		2011	2010		2011	2010
Energisa MG	CD	228	244	0,96	-	-
Energisa MG	BD	-	-	4,64	2.569	4.586

(*) O Superávit está registrado na rubrica "baixa renda e devedores diversos" no ativo circulante, R\$161 (R\$161 em 2010) e em "outros" no ativo não circulante no montante de R\$2.408 (R\$4.425 em 2010).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 600/00 da CVM, tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(1.698)	(1.601)
Valor justo dos ativos do plano	4.517	5.780
(Ganhos) atuariais não reconhecidos	(250)	407
Ativo líquido	2.569	4.586

Notas Explicativas

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2011:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo atuarial líquido no início do exercício	4.586	5.366
Despesas correntes	(364)	(142)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos	<u>(1.653)</u>	<u>(638)</u>
Ativo atuarial líquido do final do exercício	<u><u>2.569</u></u>	<u><u>4.586</u></u>

Os ativos dos planos são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cotas de fundos de renda fixa	3.710	4.470
Cotas de fundos de renda variável	<u>807</u>	<u>1.310</u>
	<u><u>4.517</u></u>	<u><u>5.780</u></u>

Em 31 de dezembro de 2011, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor justo dos ativos no início do exercício	5.780	7.100
Benefícios pagos	(129)	(939)
Rendimento efetivo dos ativos	709	(381)
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	<u>(1.843)</u>	<u>-</u>
Valor justo dos ativos	<u><u>4.517</u></u>	<u><u>5.780</u></u>

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2011.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	1.601	1.536
Benefícios pagos no ano	(129)	(939)
Juros sobre obrigação atuarial	161	99
(Perdas) nas obrigações atuariais	<u>65</u>	<u>905</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.698</u></u>	<u><u>1.601</u></u>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	5,72%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,56%
Reajuste do benefício	0,00%
Crescimento salarial	0,00%
Inflação projetada	4,50%

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez	NA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	
Participantes Assistidos:	
Número	6
Idade Média	76,3
Benefício Médio Mensal	R\$1,156
Pensionistas:	
Número de Pensionistas	19
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,159

Notas Explicativas

Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$1.402 (R\$1.126 em 2010) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão na passivo circulante R\$218 (R\$276 em 2010) e no não circulante R\$1.184 (R\$850 em 2010).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.146	1.126
Valor justo dos ativos do plano	(61)	-
Ganhos atuariais não reconhecidos	<u>317</u>	<u>-</u>
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	<u>1.402</u>	<u>1.126</u>

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2011.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações no início do ano	1.126	-
Benefícios pagos	(136)	-
Juros sobre obrigação atuarial	130	-
Custo do serviço corrente (com juros)	92	-
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	<u>(66)</u>	<u>1.126</u>
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>1.146</u>	<u>1.126</u>

Demonstração das despesas para o exercício de 2012, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações no início do ano	93	92
Juros sobre as obrigações atuariais	134	130
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	<u>(9)</u>	<u>54</u>
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>218</u>	<u>276</u>

Plano de saúde

A Companhia, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2011 as despesas com esse benefício foram de R\$496 (R\$444 em 2010).

Notas Explicativas

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Após 2016</u>
2012 a 2044	146.104	153.651	159.254	161.618	163.444	1.556.907

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

35. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

36. Meio ambiente

A Energisa Minas Gerais trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz estudo de impacto ambiental e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia;
3. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
4. Eliminação do ascarel: por tratar-se de um produto legalmente banido de uso em solo brasileiro, este tipo de óleo isolante sintético já foi totalmente descartado e eliminado na empresa;
5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
8. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam em suma preservar a vida.

Notas Explicativas

9. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto a Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores;
10. Eficiência Energética que contribui para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo.

No exercício de 2011, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$11.613 (R\$5.468 em 2010), sendo R\$9.756 (R\$3.831 em 2010) alocados no ativo imobilizado e R\$1.857 (R\$1.637 em 2010) em despesas operacionais.

37. Evento subsequente

A Resolução Normativa n 474 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço -infraestrutura- utilizada no setor elétrico. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos. A aplicação das novas taxas se dará a partir de 1 de janeiro de 2012.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta da Administração para Aprovação do Orçamento de Capital
Exercício de 2012

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos (Regime de Fluxo de Caixa)	R\$ milhões
APLICAÇÕES DE CAPITAL	109,0
1. Investimento nas operações (capex)	49,9
2. Pagamento do serviço da dívida bancária (amortização + juros)	53,4
3. Pagamento de dividendos complementares (competência: exercício 2011)	5,7
FONTES DE RECURSOS	109,0
1. Geração operacional de caixa após impostos	84,4
2. Captações para financiamento dos Investimentos	22,5
3. Utilização de recursos disponíveis em caixa (redução do capital circulante líquido) (**)	2,1
3.1. <i>Reserva de Retenção de Lucros</i>	1,7
3.2. <i>Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente</i>	0,4

** Saldo de caixa e equivalentes existente em 31/12/2011 = R\$ 83,5 milhões.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-2-S-MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 08 de março de 2012.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Comercial e de Distribuição

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 08 de março de 2012.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Comercial e de Distribuição